SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1	
ASPECTO HISTÓRICO DO AUTISMO E O DIREITO À SAÚDE	15
Capítulo 2	
CONCEITO MÉDICO, CONCEITO LEGAL, ESTATÍSTICAS E PRO- PORÇÕES	23
Capítulo 3	
CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - MODELO MÉDICO - MODELO SOCIAL	27
Capítulo 4	
CONTRATAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE	33
Capítulo 5	
CPT – COBERTURA PARCIAL TEMPORÁRIA – CARÊNCIA SOBRE LESÕES E DOENÇAS PREEXISTENTES	37
Capítulo 6	
CARÊNCIAS CONTRATUAIS	39
Capítulo 7	
NATUREZA JURÍDICA DO ROL DA A.N.S (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR) – NEGATIVAS DE PRO- CEDIMENTOS – LIMITES DE SESSÕES TERAPÊUTICAS ANUAIS	43

Capítulo 8 POSICIONAMENTO DOS JUÍZES SOBRE AS LIMINARES (JURIS-PRUDÊNCIA)..... 47 Do Iulgamento dos Embargos de Divergência em Resp Nº 1.886.929 - SP (2020/0191677-6) – Do voto ontológico da Ministra Nancy Andrighi – do Rol Taxativo Mitigado. 50 Da Resolução 539 e do Comunicado 95 da A.N.S. (Agência Nacional de Saúde Suplementar)..... 52 III. Do IAC - Incidente de Assunção de Competência - Nº 0018952-81.2019.8.17.9000 - TIPE - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. 55 Capítulo 9 REEMBOLSOS PARCIAIS E INTEGRAIS 57 Capítulo 10 COBERTURA DA ABA (ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLI-CADA) E DO DENVER 63 Capítulo 11 DECISÃO DA 4ª TURMA DO STJ DO BOJO DO RECURSO ESPE-CIAL 1.733.013/PR 65 Capítulo 12 FORMAÇÃO DOS TERAPEUTAS NA ABA, DENVER E INTEGRA-CÃO SENSORIAL 67 Capítulo 13 DA COAUTORIA DO PL 3.768/2020, ROMEU SÁ BARRÊTO E DEPUTADO FEDERAL OTTO ALENCAR FILHO (PSD-BA)..... Capítulo 14 DA REDUCÃO DE JORNADA DE TRABALHO PARA PAIS DE PESSOAS AUTISTAS 77

SUMÁRIO

l.	Recurso Extraordinário (RE) 1237867 – Repercussão Geral – Tema 1097 – Redução de jornada de trabalho para pais de pessoas autistas – Serviço Público	79		
II.	Redução de jornada para pais de pessoas autistas – Empresas Privadas	80		
Caj	pítulo 15			
SAC	QUE DO FGTS PARA PAIS DE AUTISTAS	83		
Ca	pítulo 16			
-	C – BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	89		
Ca	pítulo 17			
-	OSENTADORIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – LEI			
CO	MPLEMENTAR 142 DE 2013	97		
l.	Da comprovação da deficiência	98		
II.	Avaliação do grau de deficiência	102		
III.	Como é classificada a deficiência?	103		
IV.	Como é classificado o grau de deficiência?	104		
V.	Da aposentadoria por idade	109		
VI.	Da aposentadoria por tempo de contribuição	111		
VII.	Do valor do benefício da Pessoa com Deficiência	112		
Caj	pítulo 18			
	NSÃO POR MORTE - FILHOS(AS) COM AUTISMO E DEMAIS			
co	MORBIDADES	115		
-	pítulo 19			
PR	ORIDADE NA RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	119		
Capítulo 20				
ISE	NÇÃO DE IPI, IOF E ICMS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	121		
l.	Finalizando o processo da isenção federal	124		
II.	Solicitando a isenção do ICMS			

Ca	pítulo 21	
SE	NÇÃO DO IPVA	127
	A isenção vale para veículos novos ou usados?	127
١.	Solicitando a isenção de IPVA para autistas – Estado de São Paulo	128
II.	Veículos novos adquiridos com isenção de ICMS	128
V.	Veículos novos adquirido sem isenção de ICMS	
٧.	Veículos usados	129
Са	pítulo 22	
PA	SSE LIVRE	131
Са	pítulo 23	
DIE	REITO À ACOMPANHANTE OU ATENDENTE PESSOAL NAS	
IN1	TERNAÇÕES OU OBSERVAÇÕES HOSPITALARES	135
Са	pítulo 24	
co	TAS PCD PARA O MERCADO DE TRABALHO	137
-	pítulo 25	
DA	S COTAS PCD PARA CONCURSOS PÚBLICOS	141
Са	pítulo 26	
DII	REITO À MORADIA	143
Са	pítulo 27	
ΑT	ENDIMENTO PRIORITÁRIO	149
Ca	pítulo 28	
ES1	TACIONAMENTO PRIORITÁRIO	151
Ca	pítulo 29	
DIF	REITO À EDUCAÇÃO	155

SUMÁRIO

l.	A matrícula escolar em escolas regulares, a garantia do aprendizado e a efetividade dos direitos educacionais dos alunos com autista	155
II.	Formação inicial e continuada de professores em educação inclusiva.	158
III.	PEI (Plano de Ensino Individualizado)	159
IV.	Garantia constitucional do Direito à Educação	161
Caj	pítulo 30	
DE	SCONTOS EM PASSAGENS AÉREAS	167
RES	OLUÇÃO Nº 280, DE 11 DE JULHO DE 2013	167
Caj	pítulo 31	
	NSÃO ALIMENTÍCIA PARA FILHOS(AS) AUTISTAS MAIORES IDADE	171
•	pítulo 32	
	ANEJAMENTO SUCESSÓRIO E A PROTEÇÃO DE HERDEIROS M DEFICIÊNCIA PELO TESTAMENTO	173
Caj	pítulo 33	
TO	MADA DE DECISÃO APOIADA	181
l.	O que é a Tomada de Decisão Apoiada?	182
II.	Surgimento da Tomada de Decisão Apoiada	182
III.	Reconhecimento igual perante a lei	183
IV.	Mudanças na "Teoria das Capacidades"	184
V.	Diferença entre Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada	185
VI.	Procedimento Judicial de Tomada de Decisão Apoiada	185
VII.	Legitimidade ativa para requerer	186
VIII.	Termo de Tomada de Decisão Apoiada	187
IX.	Efeitos da Tomada de Decisão Apoiada perante terceiros	187
X.	Repercussões gerais entre apoiado e apoiadores	188
XI.	O papel do Advogado na Tomada de Decisão Apoiada	189
REI	FERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191